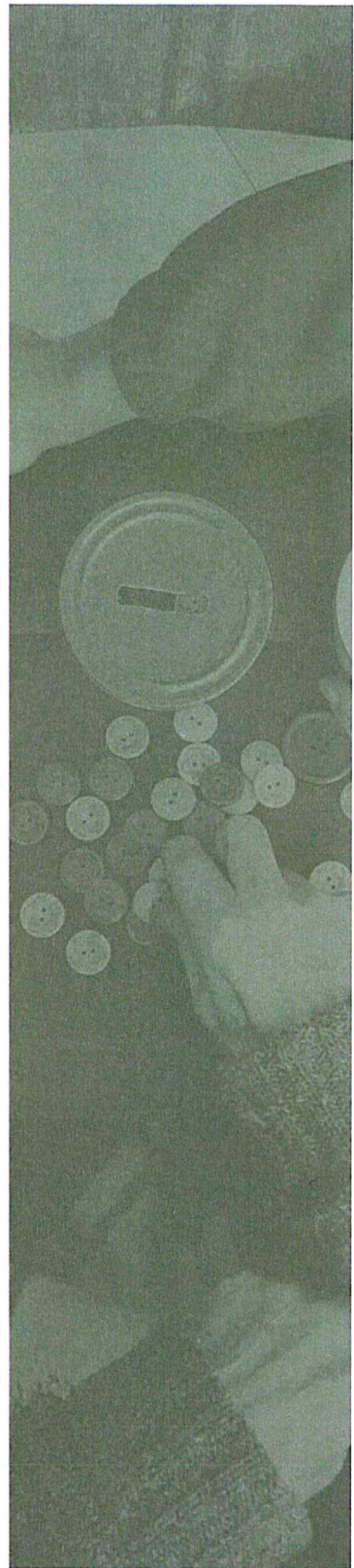
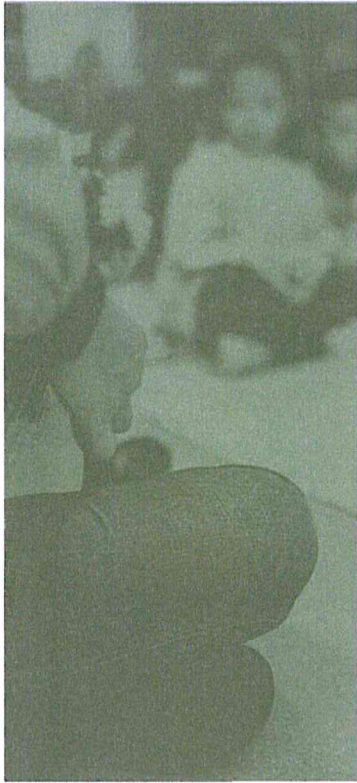


2023

RELATÓRIO

DE ATIVIDADES E CONTAS





***“A única forma de chegar ao impossível
é acreditar que é possível”.***

Lewis Carroll



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte : 500875804
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	8.723.879,03	8.862.050,43
Bens do património histórico e artístico e cultural	5	228.051,34	228.051,34
Ativos Fixos Intangíveis	6	15.031,14	13.728,68
Investimentos financeiros	15.1	27.732,49	47.327,59
		8.994.694,00	9.151.158,04
Activo corrente			
Inventários	9	45.697,23	58.804,70
Créditos a receber	15.3	95.510,08	80.667,41
Estado e outros entes públicos	15.9	1.565,91	10.717,24
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15.2	2.447,50	3.119,50
Diferimentos	15.5	76.095,17	59.479,44
Outros ativos correntes	15.4	399.312,70	433.644,92
Caixa e depósitos bancários	15.6	199.582,29	326.732,72
		820.210,88	973.165,93
Total do ativo		9.814.904,88	10.124.323,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.7	318.301,19	318.301,19
Resultados transitados	15.7	2.663.865,53	2.814.066,89
Excedentes de revalorização	15.7	4.135.273,84	4.176.519,28
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	15.7	998.023,72	1.043.177,88
		8.115.464,28	8.352.065,24
Resultado líquido do período		-98.808,21	-191.446,80
Total dos fundos patrimoniais		8.016.656,07	8.160.618,44
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	1.723,07	1.723,07
Financiamentos obtidos	7-8	836.640,30	999.703,55
Outras contas a pagar	15.10	10.000,00	20.000,00
		848.363,37	1.021.426,62
Passivo corrente			
Fornecedores	15.8	265.538,61	155.750,32
Estado e outros entes públicos	15.9	68.028,26	116.166,34
Financiamentos obtidos	7-8	168.936,00	175.786,88
Diferimentos	15.5	111,00	71.604,89
Outros passivos correntes	15.10	447.271,57	422.970,48
		949.885,44	942.278,91
Total do passivo		1.798.248,81	1.963.705,53
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.814.904,88	10.124.323,97

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Paulo Cerato Abente
Patricia Guacia Amalal
Label Silva

Paulo Duarte
CC 87647

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 500875804

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	10	3.866.747,85	1.275.131,33
Subsídios, doações e legados à exploração	15.11	176.940,78	2.445.365,27
Variação nos inventários da produção	9	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	9.127,07
Custos dos inventários vendidos e matérias consumidas	9	449.087,89	416.191,87
Fornecimentos e serviços externos	15.12	783.381,84	860.476,46
Gastos com o pessoal	13	2.816.653,13	2.512.421,81
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-1.703,50	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.3-15.4	6.097,61	24.559,96
Provisões (aumentos/reduções)	11	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	11	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	15.4	-132,63	119,68
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	15.13	154.824,68	122.452,95
Outros gastos	15.14	18.600,92	33.284,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		126.528,05	5.022,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5-6	178.385,50	172.328,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-51.857,45	-167.306,29
Juros e rendimentos similares obtidos	15.15	2.123,04	838,66
Juros e gastos similares suportados	15.15	49.073,80	24.979,17
Resultados antes de impostos		-98.808,21	-191.446,80
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-98.808,21	-191.446,80

A Mesa Administrativa

Paulo Carlos Afonso
Patricia Garcia
Label Sib

Contabilista Certificado

Paulo Duarte
 CC 87647

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes	10-15.3	3.840.902,00	1.315.552,71
Pagamentos de subsídios			0,00
Pagamentos de apoios			0,00
Pagamentos de bolsas			0,00
Pagamentos a fornecedores	15.8	-1.203.471,97	-1.182.571,19
Pagamentos ao pessoal	13	-1.931.308,74	-1.747.823,13
Caixa gerada pelas operações		706.121,29	-1.614.841,61
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-685.776,29	1.569.975,71
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		20.345,00	-44.865,90
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5 -15.10	-28.997,32	-119.433,76
Activos intangíveis	6	-4.686,79	-3.209,07
Investimentos financeiros	15.1	-2.828,65	0,00
Outros activos		0,00	-4.385,72
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	15.13	77.127,95	46.052,99
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	15.1	22.923,75	2.077,29
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	12	8.500,00	0,00
Juros e rendimentos similares	15.15	2.123,04	542,33
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		74.161,98	-78.355,94
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	203,33
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-172.583,61	-172.751,59
Juros e gastos similares	15.15	-49.073,80	-14.162,08
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-221.657,41	-186.710,34
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	15.6	-127.150,43	-309.932,18
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		326.732,72	636.664,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período		199.582,29	326.732,72

A Mesa Administrativa
 Paulo Duarte
 Patrícia Garcia
 Isabel

O Contabilista Certificado

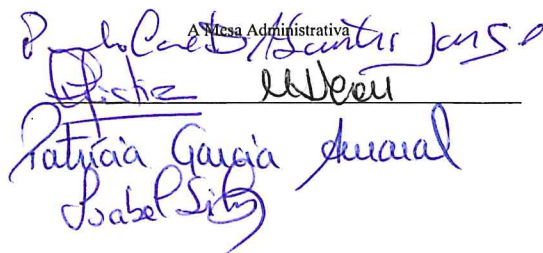
Paulo Duarte
 CC 87647

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 500875804
 Moeda: (Valores em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022													
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	1	4-15.7	318.301,19	0,00	0,00	2.911.945,12	0,00	3.456.079,71	1.024.846,54		7.713.172,56	0,00	7.713.172,56
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas											0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								718.439,57			718.439,57		718.439,57
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos											20.881,34		20.881,34
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											0,00		0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	718.439,57	20.881,34	0,00	739.320,91	0,00	739.320,91
RESULTADO EXTENSIVO	3	4-15.7				-97.878,23					-191.446,80		-289.325,03
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3		0,00	0,00	0,00	-97.878,23	0,00	718.439,57	20.881,34		-191.446,80	0,00	449.995,88
Fundos													
Subsídios, doações e legados											-2.550,00		-2.550,00
Outras operações	5												
2POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6=1+2+3+5	15.7	318.301,19	0,00	0,00	2.814.066,89	0,00	4.176.519,28	1.043.177,88	-191.446,80	8.160.618,44	0,00	8.160.618,44

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	15.7	318.301,19	0,00	0,00	2.814.066,89	0,00	4.176.519,28	1.043.177,88		8.352.065,24	0,00	8.352.065,24
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											0,00		0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas											0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	4-15.7				41.245,44			-41.245,44			0,00		0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos											0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	4-12-15.7										0,00		0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	2		0,00	0,00	0,00	41.245,44	0,00	-41.245,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTENSIVO	3	4-15.7				-191.446,80					-98.808,21		-290.255,01
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3		0,00	0,00	0,00	-150.201,36	0,00	-41.245,44	0,00		-98.808,21	0,00	-290.255,01
Fundos													
Subsídios, doações e legados	12-15.7										-28.899,58		-28.899,58
Outras operações	15.1										-16.254,58		-16.254,58
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	6=1+2+3+5	4-15.7	318.301,19	0,00	0,00	2.663.865,53	0,00	4.135.273,84	998.023,72	-98.808,21	8.016.656,07	0,00	8.016.656,07


 Patricia Garcia
 Isabel Silva

Contabilista Certificado

 Paulo Duarte
 CC 87647

João
Alves
Pinheiro

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE

SEIA

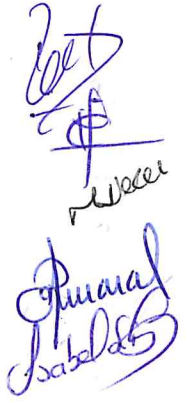
Anexo

03 de Março de 2024



Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
5	Ativos Fixos Tangíveis	17
6	Ativos Intangíveis	19
7	Locações	20
8	Custos de Empréstimos Obtidos	21
9	Inventários	22
10	Rédito	22
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	23
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	24
13	Benefícios dos empregados	25
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	25
15	Outras Informações	25
15.1	Investimentos Financeiros	25
15.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	26
15.3	Clientes e Utentes	26
15.4	Outras contas a receber	27
15.5	Diferimentos	28
15.6	Caixa e Depósitos Bancários	28
15.7	Fundos Patrimoniais	28
15.8	Fornecedores	29
15.9	Estado e Outros Entes Públicos	29
15.10	Outras Contas a Pagar	30
15.11	Subsídios, doações e legados à exploração	30
15.12	Fornecimentos e serviços externos	31
15.13	Outros rendimentos	31
15.14	Outros gastos	31
15.15	Resultados Financeiros	32
15.16	Acontecimentos após data de Balanço	32



1 Identificação da Entidade

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA é uma instituição sem fins lucrativos, com registo efetuado na Direção-Geral da Segurança Social, no Livro 1 das Irmandades das Misericórdias, sob o nº 1/84, fls. 155 e 155 verso e com sede em Rua da Creche, Seia.

Para que possa prosseguir os seus objetivos, desenvolve as seguintes atividades:

- Apoio ao Idoso na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário;
- Cuidados para crianças em Creche e Jardim de Infância;
- Cuidados de Saúde em Unidade de Cuidados Continuados Integrados e de Clínica Médica.
- Para além do apoio aos mais carenciados através da Loja Social com o Programa da Cantina Social, disponibiliza ainda, outros apoios à comunidade, como por exemplo formação profissional a ativos empregados e desempregados.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do mesmo Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Aviso Nº 8259/2015 de 29 de Junho (Norma de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo);
- Portaria Nº 218/2015 de 23 de Junho;
- Portaria Nº 220/2015 de 24 de Junho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade

preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contábilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contábilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais

Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	2.909.123,35
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	0,00
Outros Ajustamentos	977.359,80
Impostos Diferidos	0,00
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	3.886.483,15

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é o seguinte:

Reconciliação do Resultado

Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	173.868,17
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	0,00
Outros Ajustamentos	0,00
Impostos Diferidos	0,00
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	173.868,17

3 Principais Políticas Contábilísticas

As principais políticas contábilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Handwritten notes and signatures:
- Top right: Initials/signature.
- Middle right: "MILROO".
- Bottom right: "Prucaal" and "de 2024".

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As depreciações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	5
Propriedade industrial	5
Outros Ativos Intangíveis	5

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	7

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que estas se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: [Signature]
 - Middle right: [Signature]
 - Bottom right: [Signature]
 - Far right: [Signature]

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este

ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos, que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

vet
#
reber
Parcial
basele

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado;
ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do Balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa”;
- b) “As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”;
- c) “As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

Handwritten signatures and notes:
Top right: *[Signature]*
Middle right: *[Signature]*
Bottom right: *Princial*
Basels B

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21%, sobre a matéria coletável nos termos do n.º 1 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Neste exercício, foram contabilizados os seguintes factos relevantes que originaram alterações na conta de resultados transitados:

- A crédito, pela transferência do montante de 41 245,44€, para resultados transitados, pela utilização do excedente de reavaliação relativo à depreciação de edifícios reavaliados.
- A débito pela transferência do resultado líquido de 2022, no montante de 191 446,80€.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Bens Imóveis	228.051,34	0,00	0,00	0,00	0,00	228.051,34
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	228.051,34	0,00	0,00	0,00	0,00	228.051,34

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Bens Imóveis	228.051,34	0,00	0,00	0,00	0,00	228.051,34
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	228.051,34	0,00	0,00	0,00	0,00	228.051,34

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Pinaal' and 'Babel'.

2022

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.176.471,78	0,00	0,00	0,00	180.676,80	3.357.148,58
Edifícios e outras construções	4.715.390,29	75.217,36	0,00	-262.174,41	537.762,77	5.066.196,01
Equipamento básico	1.420.600,80	41.724,41	0,00	0,00	0,00	1.462.325,21
Equipamento de transporte	247.398,80	34.500,00	0,00	0,00	0,00	281.898,80
Equipamento administrativo	124.841,44	8.428,99	0,00	0,00	0,00	133.270,43
Equipamentos Biológicos	0,00	9.565,44	0,00	0,00	0,00	9.565,44
Outros Ativos fixos tangíveis	144.890,09	0,00	0,00	0,00	0,00	144.890,09
Total	9.829.593,20	169.436,20	0,00	-262.174,41	718.439,57	10.455.294,56

Depreciações acumuladas

Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	257.734,83	103.540,51	0,00	0,00	262.174,41	99.100,93
Equipamento básico	990.793,65	49.459,40	0,00	0,00	0,00	1.040.253,05
Equipamento de transporte	235.710,18	11.772,90	0,00	0,00	0,00	247.483,08
Equipamento administrativo	142.523,52	3.570,14	0,00	0,00	0,00	146.093,66
Outros Ativos fixos tangíveis	99.181,12	3.254,79	0,00	0,00	0,00	102.435,91
Total	1.725.943,30	171.597,74	0,00	0,00	262.174,41	1.635.366,63

2023

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.357.148,58	0,00	-4,68	0,00	0,00	3.357.143,90
Edifícios e outras construções	5.066.196,01	1.453,80	-437,31	-31.057,50	0,00	5.036.155,00
Equipamento básico	1.462.325,21	24.710,09	0,00	-14.563,20	0,00	1.472.472,10
Equipamento de transporte	281.898,80	1.668,62	-30.524,83	0,00	0,00	253.042,59
Equipamento administrativo	133.270,43	1.164,81	0,00	14.563,20	0,00	148.998,44
Equipamentos Biológicos	9.565,44	0,00	0,00	0,00	0,00	9.565,44
Outros Ativos fixos tangíveis	144.890,09	0,00	0,00	0,00	0,00	144.890,09
Total	10.455.294,56	28.997,32	-30.966,82	-31.057,50	0,00	10.422.267,56

Depreciações acumuladas

Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	99.100,93	105.995,48	0,00	-3.752,83	0,00	201.343,58
Equipamento básico	1.040.253,05	51.797,86	0,00	731,95	0,00	1.092.782,86
Equipamento de transporte	247.483,08	10.330,21	-32.583,41	0,00	0,00	225.229,88
Equipamento administrativo	146.093,66	5.624,71	0,00	2.788,51	0,00	154.506,88
Outros Ativos fixos tangíveis	102.435,91	1.361,81	0,00	-3.482,95	0,00	100.314,77
Outras Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	3.663,56	0,00	3.663,56
Total	1.635.366,63	175.110,07	-32.583,41	-51,76	0,00	1.777.841,53

O montante total das depreciações anuais apresenta uma discrepância na Demonstração de Resultados no valor de 108,90€. Esta diferença ocorre devido à contabilização na conta 626822004, referente a despesas relacionadas com o projeto POISE-03-4636-FSE-000673.

2022					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Construção Celeiro Quinta do Paçô	20.241,25	5.381,25	0,00	0,00	25.622,50
Obras Conservação SAC	15.990,00	58.785,37	74.775,37	0,00	0,00
Reabilitação casa Largo da Misericórdia	16.500,00	0,00	0,00	0,00	16.500,00
Total	52.731,25	64.166,62	74.775,37	0,00	42.122,50

2023					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Construção Celeiro Quinta do Paçô	25.622,50	0,00	0,00	0,00	25.622,50
Remodelação/Ampliação UCC	0,00	0,00	6.273,00		6.273,00
Projeto Remodelação Edifício SAC	0,00	0,00	31.057,50	0,00	31.057,50
Reabilitação casa Largo da Misericórdia	16.500,00	0,00	0,00	0,00	16.500,00
Total	42.122,50	0,00	37.330,50	0,00	79.453,00

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Opiniao
Abel

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de desenvolvimento	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
Outros ativos intangíveis	0,00	10.959,30	0,00	0,00	0,00	10.959,30
Total	0,00	14.459,30	0,00	0,00	0,00	14.459,30
Depreciações acumuladas						
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	730,62	0,00	0,00	0,00	730,62
Total	0,00	730,62	0,00	0,00	0,00	730,62

2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de desenvolvimento	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
Outros ativos intangíveis	10.959,30	4.686,79	0,00	0,00	0,00	15.646,09
Total	14.459,30	4.686,79	0,00	0,00	0,00	19.146,09
Depreciações acumuladas						
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	730,62	3.384,33	0,00	0,00	0,00	4.114,95
Total	730,62	3.384,33	0,00	0,00	0,00	4.114,95

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2023			2022		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Sistema Solar Térmico Creche/Jardim	34.614,16	12.698,18	21.915,98	34.614,16	10.389,42	24.224,74
Sistema Solar Térmico Telhado UCC	103.056,00	23.485,62	79.570,38	103.056,00	16.611,78	86.444,22
Sistema Solar Térmico Telhado ERPI	113.904,00	17.094,15	96.809,85	113.904,00	9.496,75	104.407,25
Total	251.574,16	53.277,95	198.296,21	251.574,16	36.497,95	215.076,21

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2023			2022		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	19.783,56	13.631,28	33.414,84	19.783,56	13.631,28	33.414,84
De um a cinco anos	98.917,80	68.156,40	167.074,20	98.917,80	68.156,40	167.074,20
Mais de cinco anos	73.362,20	50.548,07	123.910,27	93.145,76	107.789,22	200.934,98
Total	192.063,56	132.335,75	324.399,31	211.847,12	189.576,90	401.424,02

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	149.152,44	664.360,30	813.512,74	156.003,32	807.639,99	963.643,31
Locações Financeiras	19.783,56	172.280,00	192.063,56	19.783,56	192.063,56	211.847,12
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	168.936,00	836.640,30	1.005.576,30	175.786,88	999.703,55	1.175.490,43

Para garantia, de pagamento do financiamento realizado pela Caixa de Crédito Agrícola, SA., foi constituída hipoteca do edifício a construir, a favor deste banco.

Para garantia do empréstimo efetuado ao Banco Santander Totta, SA., foi subscrita Livrança em branco a favor da Norgarante.

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2023			2022		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	149.152,44	41.938,64	191.091,08	156.003,32	15.134,34	171.137,66
De um a cinco anos	551.823,22	129.141,59	680.964,81	707.310,28	68.524,80	775.835,08
Mais de cinco anos	112.357,08	8.932,74	121.289,82	100.329,71	16.123,84	116.453,55
Total	813.332,74	180.012,98	993.345,72	963.643,31	99.782,98	1.063.426,29

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022			2023			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	17.464,15	15.905,84		18.120,49	9.355,65		13.301,60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	44.590,75	395.918,97	1.116,87	40.684,21	438.766,32	-12.141,55	32.395,63
Produtos acabados e intermédios				0,00			0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				0,00			0,00
Produtos e trabalhos em curso				0,00			0,00
Total	62.054,90	411.824,81	1.116,87	58.804,70	448.121,97	-12.141,55	45.697,23
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				416.191,88			449.087,89
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	1.485,15	10.535,11
Prestação de Serviços		
-Quotas de utilizadores	1.425.288,90	1.259.456,72
-Quotas e joias	5.128,50	5.139,50
-Acordos de cooperação	2.434.845,30	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	3.866.747,85	1.275.131,33

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Anual" and "Luiseluis".

A comparação entre o exercício de 2023 e 2022 fica comprometida devido à adoção, na contabilidade da Instituição, do que foi prescrito na FAQ 39. Esta FAQ trata da forma como devem ser registadas as verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, com o propósito de satisfazer necessidades sociais. Conforme determinado, se o Estado efetua pagamentos de mensalidades com base na frequência de utentes, isso é considerado uma prestação de serviços; se os pagamentos ocorrem independentemente da frequência, trata-se de um subsídio à exploração.

Os pagamentos do estado para pagamento dos serviços prestados, desagregam-se do seguinte modo:

Descrição	2023	2022
Prestações de Serviços ao Estado e outros entes públicos		
-ISS,IP - Centro Distrital - Creches	482.696,94	0,00
-ISS,IP - Centro Distrital - Jardins de Infância	198.963,97	0,00
-ISS,IP - Centro Distrital - Cantina Social	10.980,00	0,00
-ISS,IP - Centro Distrital - Apoio Domiciliário	98.971,65	0,00
-ISS,IP - Centro Distrital - ERPI	355.955,99	0,00
-ISS,IP - Centro Distrital -UCCI	142.104,19	0,00
- ISS,IP - Centro Distrital-POAPMC	1.662,00	0,00
Administração Regional de Saúde do Centro	1.143.510,56	0,00
Total	2.434.845,30	0,00

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2022 e 2023, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	1.723,07	0,00	0,00	1.723,07
Total	1.723,07	0,00	0,00	1.723,07

No exercício de 2021, constituiu-se o valor provisional de 1 723,07€, relativo ao processo de ação inspetiva realizada pelo Instituto da Segurança Social, que continua em curso. Não havendo outros passivos contingentes, não ocorreram alterações nos valores provisionados.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo		
Piddac	137.576,96	142.320,99
ARS do Centro	465.697,13	478.283,54
MASES	21.600,00	22.200,00
QREN	2.841,18	5.666,59
DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais	27.272,92	28.995,42
ISS - PRR - RE - CO3-i01-000012-Viatura Elétrica	23 555,34	29.705,34
Subsídios de Outras Entidades		
Fundo Rainha D. Leonor	190.091,19	194.354,92
BPI Senior+	0,00	4.058,00
Fundação "la Caixa" - Projeto "O Ninho"	5.001,00	6.250,50
Fundação "la Caixa" - Projeto "Para Melhor Cuidar"	8.500,00	0,00
Total	882.135,72	911.835,30

Isabel SB
Isabel SB

13 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e 2022, foram, respetivamente 17 e 16. De um período para outro verificou-se a saída do(a) Exmo(a) Sr(a) Dina Filipa Dias Mendes.

Os órgãos diretivos não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022, foi de 149 e em 31/12/2023 foi de 154.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	2.180.426,70	2.005.914,11
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	5.499,04	1.531,16
Encargos sobre as Remunerações	459.415,80	417.188,30
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	52.811,16	30.836,16
Gastos de Ação Social	27.201,39	25.345,59
Outros Gastos com o Pessoal	91.299,04	31.606,49
Total	2.816.653,13	2.512.421,81

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, em 2022 e 2023, foram de 4 797,00€ em cada um dos períodos.

15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Investimentos noutras empresas	500,00			500,00
Outros investimentos financeiros	31.015,00	3.328,65	7.111,16	27.232,49
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00			0,00
Ativos não correntes detidos para venda	15.812,59		15.812,59	0,00
Total	47.327,59	3.328,65	22.923,75	27.732,49

15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2023 e 2022, são discriminados da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	24.471,74	24.213,24
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-22.024,24	-21.093,74
Total	2.447,50	3.119,50
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	95.510,08	80.667,41
Adiantamentos de Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	32.177,85	32.177,85
Perdas por imparidade		
Utentes	-32.177,85	-32.177,85
Total	95.510,08	80.667,41

Estorou
Amorap
de Abel S.B.

Nos períodos de 2023 e 2022 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2023	2022
Cientes	2.185,50	0,00
Utentes	0,00	8.068,29
Outros Devedores	0,00	17.476,80
Reversões em dívidas a receber	-1.897,93	-985,13
Total	287,57	24.559,96

15.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos a Fornecedores	0,01	84,38
Adiantamentos ao pessoal	787,01	1.150,65
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	135.460,27	140.771,32
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	281.456,11	310.029,27
Perdas por Imparidade	-18.390,70	-18.390,70
Total	399.312,70	433.644,92

Nos períodos de 2023 e 2022 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2023	2022
Outros Devedores	5.810,04	17.476,80
Reversões em dívidas a receber	-132,63	0,00
Total	5.677,41	17.476,80

15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer	76.095,17	59.479,44
Total	76.095,17	59.479,44
Rendimentos a Reconhecer	111,00	71.604,89
Total	111,00	71.604,89

15.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	Movimentos a Débito	Movimentos a Crédito	2023
Caixa	290,54	732.598,27	732.601,98	286,83
Depósitos à ordem	129.050,30	5.679.977,50	5.651.124,05	157.903,75
Depósitos a prazo	197.391,88	100.249,35	256.249,52	41.391,71
Total	326.732,72	6.512.825,12	6.639.975,55	199.582,29

15.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	318.301,19	0,00	0,00	318.301,19
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	2.814.066,89	41.245,44	191.446,80	2.663.865,53
Excedentes de revalorização	4.176.519,28	0,00	41.245,44	4.135.273,84
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.043.177,88	9.300,00	54.454,16	998.023,72
Resultado Líquido do Exercício		0,00	98.808,21	-98.808,21
Total	8.352.065,24	50.545,44	385.954,61	8.016.656,07

Handwritten signatures and notes:
 [Signature]
 [Signature]
 Opinao
 Sabal S.B

15.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	265.538,61	155.750,32
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	265.538,61	155.750,32

15.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.565,91	10.717,24
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1.565,91	10.717,24
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	374,18	650,30
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	13.703,75	23.816,16
Segurança Social	53.623,24	90.852,98
Outros Impostos e Taxas	327,09	846,90
Total	68.028,26	116.166,34

15.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		8.444,54		7.233,22
Outras operações				
Fornecedores de Investimentos	10.000,00	48.785,97	20.000,00	35.434,10
Adiantamentos de Clientes e Utentes		4.549,96		1.996,34
Adiantamentos por conta de vendas		0,00		150,00
Credores por acréscimo de gastos		313.747,75		318.089,62
Outros credores		71.743,35		60.067,20
Total	10.000,00	447.271,57	20.000,00	422.970,48

15.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos		
-ISS,IP - Centro Distrital - Creches	0,00	340.855,68
-ISS,IP - Centro Distrital - Jardins de Infância	38.170,80	239.727,20
-ISS,IP - Centro Distrital - Cantina Social	0,00	10.362,50
-ISS,IP - Centro Distrital - Apoio Domiciliário	0,00	86.552,60
-ISS,IP - Centro Distrital - ERPI	0,00	309.226,64
-ISS,IP - Centro Distrital -UCCI	0,00	149.122,53
-ISS,IP - Centro Distrital-POAPMC	0,00	1.133,46
-ISS,IP - Centro Distrital - Adptar Social+	0,00	4.000,00
Instituto do Emprego e Formação Profissional	66.733,22	29.126,41
Administração Regional de Saúde do Centro	0,00	1.118.787,56
Instituto de Gestão Financeira - POISE	0,00	56.230,92
IFAP	5.040,85	8.313,21
IAPMEI	0,00	6.832,00
Fundação Calouste Gulbenkian	17.026,69	6.060,80
Instituições Particulares	866,50	0,00
Investidores Sociais		
- Investidores Sociais do Sector Publico	10.000,00	29.500,00
- Investidores Sociais do Sector Privado	18.200,00	15.875,00
Doações e heranças	20.902,72	33.658,76
Total	176.940,78	2.445.365,27

15.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	763,59	2.327,10
Serviços especializados	324.207,57	277.518,54
Materiais	33.286,73	37.178,67
Energia e fluidos	170.344,25	211.224,06
Deslocações, estadas e transportes	418,12	926,31
Serviços diversos	251.082,13	323.860,04
Encargos com utentes	3.279,45	7.441,74
Total	783.381,84	860.476,46

15.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	19.115,75	17.889,88
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.209,62	2.672,62
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	98,60	504,03
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	82,27
Rendimentos em investimentos não financeiros	77.127,95	53.464,84
Outros rendimentos	55.272,76	47.839,31
Total	154.824,68	122.452,95

15.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	1.130,90	1.825,89
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,69	0,99
Incobráveis	35,65	278,41
Perdas em inventários	14,24	405,70
Gastos nos restantes investimentos financeiros	40,65	0,00
Outros Gastos	17.378,79	30.773,78
Total	18.600,92	33.284,77

15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	49.073,80	24.979,17
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	49.073,80	24.979,17
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2.123,04	838,66
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	1.389,12	838,66
Resultados Financeiros	-46.950,76	-11.289,34

15.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 06 de março de 2024.

Seia, 03 de março de 2023

O Contabilista Certificado

Paulo Duarte

CC 87647

Isabel Maria Tangues da Silva

A Mesa Administrativa

Paulo Carlos Santos Jans
Este *Jilvan*

Patrícia Garcia Amaral